

ARTIGOS



Homossexualidade Feminina, Liberdade Sexual e Interiorização do Ensino Superior

Sandro Augusto Silva FERREIRA, *Universidade Federal do Sul da Bahia*

Andrea Luci ALCIDES, *Universidade Federal do Oeste da Bahia*

Francisca Helena Batista RIBEIRO, *Universidade Federal do Oeste da Bahia*

Katiuscia Souza REGO, *Universidade Federal do Oeste da Bahia*

Laurentina Souza Alves FERREIRA, *Universidade Estadual de Santa Cruz*

Naiala Amorim de OLIVEIRA, *Universidade Estadual de Santa Cruz*

Este artigo analisa o entendimento acerca da liberdade sexual de jovens homossexuais femininas no então Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável – ICADS/UFBA, hoje Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, situado na cidade de Barreiras, oeste da Bahia. A partir da contribuição de estudos acerca do tratamento da diversidade sexual em ambientes escolares a pesquisa busca apontar a dificuldade de construção de uma identidade homossexual feminina em um ambiente universitário, que, em tese, deveria oferecer mais condições objetivas e subjetivas para a “saída do armário” destas jovens. Percebe-se que as novas unidades universitárias instaladas no interior no último processo de expansão, ainda não conseguiram implantar um ambiente de liberdade sexual comum, hoje, nas universidades públicas das áreas metropolitanas, estando, portanto, ainda sob a influência do ambiente cultural típico do “interior”, e não o contrário, interferindo culturalmente nos hábitos e representações sociais destes espaços, como já se percebe em cidades consideradas como “universitárias”. A repressão familiar, mais comum em cidades do interior, e a homofobia, expressa em violência física e simbólica, se apresentam como razões desta dificuldade de tratar abertamente sobre o tema da diversidade sexual, e do embaraço em assumir sua opção sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade Feminina. Interiorização do Ensino Superior. Gênero e Educação



Introdução

As últimas décadas têm sido marcadas por intensas discussões e lutas por transformações no modo em que a sociedade interpreta a homossexualidade. Mesmo num contexto evidente de reação conservadora, é necessário reconhecer a conquista de espaços/direitos pelo movimento LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - resultantes de suas dinâmicas próprias ou interseccionais de luta¹. Mesmo com o agravamento da visibilidade da homofobia – resultante dos novos espaços de sociabilização e discursividades produzidas pelas redes sociais, por exemplo - é possível reconhecer uma relativa ampliação da aceitação social e da auto aceitação da homossexualidade, em especial no mundo ocidental, central e também periférico.

A grande questão é: será que este processo tem ocorrido da mesma forma para homossexuais masculinos e homossexuais femininos? A mídia tem dedicado o mesmo espaço e representação (estereotipadas ou não) a gays e lésbicas? Os espaços educacionais têm se preparado para a discussão adequada do tema? O ambiente universitário tem conseguido exercer um papel de espaço aberto de exercício da liberdade sexual do mesmo modo nas regiões metropolitanas e nas cidades do interior? Gays e lésbicas tem conquistado autonomia para a expressão da sua orientação sexual e identidade de gênero do mesmo modo nestes espaços?

Numa observação superficial sobre a “presença” da identidade homossexual no cotidiano, é fácil perceber que a conquista da liberdade de expressar a sua opção sexual – mesmo com todos os riscos ainda existentes – tem sido muito mais comum entre os gays do que entre as lésbicas.

Historicamente a visibilidade da homossexualidade masculina tem sido maior, dado sua maior representatividade numérica nas primeiras organizações do movimento gay, e dado sua representação mais ampla nos meios de comunicação. Esse processo tem se intensificado por meio de diversos espaços, sendo a sua maioria marcada por representações estereotipadas ou resultantes de pânico morais.

1 A fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), em 1995, marca este processo de ampliação da visibilidade LGBT no Brasil. Hoje, a ABGLT se articula através de uma rede nacional de 286 organizações filiadas, a maior rede LGBT na América Latina.



Apesar disto, a conquista de direitos e a visibilidade de pautas e demandas tem contribuído para uma ampliação da representatividade do discurso e da legitimidade deste segmento, possibilitando transformações culturais, sob a referência simbólica do movimento gay.

A presença na mídia, cada dia mais constante, de personagens gays tem levado a sociedade a processos de aceitação que variam do reconhecimento ao direito à orientação sexual dos indivíduos, ao consumo de uma imagem caricata e divertida do gay. Esta caricatura do gay, alegre, brincalhão, afeminado e divertido não se transpõe para a homossexual feminina, especialmente quando ela assume uma identidade masculinizada (ÁVILA, 2014). Por outro lado, essa presença mais constante da imagem do gay assumido acaba por expô-los a uma maior incidência da violência homofóbica.

A menor exposição, por mais contraditório que isso pareça, reforça o preconceito a lésbica, dado que fortalece o anonimato, e por tabela a solidão. Se levarmos em consideração a pressão (maior sobre as mulheres) para o matrimônio e a maternidade, a tendência a sublimação deste desejo homossexual ainda se torna maior.

A identidade lésbica é apresentada como “preciosa” porque construída sob condições significativas e adversas, marcos frequentemente dolorosos da história pessoal das mulheres, como: expulsão de casa, rejeição pela família de origem, adiamento de projetos de carreira profissional e a luta contínua pela afirmação de direitos. (ALMEIDA; HEILBORN, 2008, p. 230)

Cabe, portanto, refletir o que os movimentos sociais e os espaços de sociabilidade, educacionais em especial, tem feito para possibilitar essa emancipação das MSM – Mulheres que fazem Sexo com Mulheres (ALMEIDA, HEILBORN, 2008, p. 233). Este estudo pretende avaliar como os espaços universitários, sobretudo aqueles localizados em pequenas e médias cidades do interior, tem tratado a questão da homossexualidade feminina, direta e indiretamente, e como estas jovens tem representado sua opção sexual nestes espaços. Para tanto, discutiremos as decorrências da homofobia nesta tendência a uma menor (auto) aceitação da prática homossexual entre mulheres e como isso se expressa nos espaços educacionais. Por fim, analisaremos as falas de jovens universitárias, assumidas e não assumidas publicamente, acerca do respeito à liberdade sexual nas universidades instaladas em cidades do interior, marcadas por fortes influências religiosas e culturais conservadoras.



Diferentes expressões da Homofobia

A incisiva atuação dos movimentos LGBT no Brasil tem pautado, na mídia e nos espaços de poder, a necessidade de combater duramente a Homofobia. Campanhas educativas e projetos como a PLC 122², que criminaliza a homofobia, tem gerado enorme debate na sociedade sobre as formas em que se apresentam o comportamento homofóbico no Brasil. Avanços legais e culturais existentes em outros países, especialmente na Europa, não tem ocorrido na mesma proporção no nosso país. O comportamento homofóbico tem variado da clara repulsa e violência contra homossexuais, a suposta aceitação, “desde que não seja na minha família”. Alguns autores já vêm realizando associações entre as formas de expressão do racismo e da Homofobia no Brasil, ambas possuindo um perfil bem “a brasileira” (DAMATTA, 1981).

Uma obra de referência sobre o assunto, o livro Homofobia (MOTT, 1997), relatório do Grupo Gay da Bahia publicado em parceria com a Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas, apresenta com detalhes o panorama da violência e discriminação sofrida pelos homossexuais no Brasil. O livro apresenta como se deu o processo de perseguição desses indivíduos desde a colonização pelos portugueses, até a atualidade. Além disso, enfatiza as torturas e homicídios de natureza homofóbica como reflexo do desrespeito aos direitos humanos.

Apesar do nosso país se destacar como uma sociedade com uma relativa maior aceitação (ou tolerância) à homossexualidade (se comparado a outros países com legislações proibitivas específicas, ou forte influência religiosa fundamentalista), há uma incompatível realidade, pois a cada dia homossexuais são assassinados brutalmente³. No Brasil, e em muitos outros países, crimes contra minorias sociais, como índios e crianças de rua, são vistos com grande indignação, no entanto, os homicídios de gays e lésbicas (os chamados “Homocídios”) são omitidos, ou seja, deixados de lado. Nos confusos tempos atuais, a violência praticada contra um cachorro divulgada numa televisão costuma gerar mais repulsa e comoção na sociedade brasileira do que as notícias diárias de crimes cometidos contra homossexuais. De algum

2 <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/pdf/PLC122.pdf>

3 O GGB elaborou um site que busca reunir os registros de assassinatos com sinais de motivação homofóbica. <https://homofobiamata.wordpress.com/>



modo é possível perceber um misto de invisibilização social dos cidadãos que fogem as regras da heteronormatividade com uma sensação mórbida de que estas mortes seriam resultantes da própria culpa da vítima.

Enquanto termo linguístico, a homofobia ainda é pouco conhecida entre os brasileiros, todavia a prática é bastante comum. Esse tipo de violência pode ser percebida em diversas esferas culturais da sociedade, na linguagem popular, mídia, e instituições governamentais.

A homofobia como termo para designar uma forma de preconceito e aversão às homossexualidades em geral tem se lançado na sociedade brasileira com alguma força política, conceitual e analítica nos últimos anos. Ainda que, do ponto de vista histórico e analítico, não revele mais a complexidade das formas de hierarquização sexual, violência e preconceito social, é um conceito que hoje carrega um sem-número de sentidos e fenômenos que ultrapassam a sua descrição conceitual primeira. (BORRILLO, 2010, p. 07)

É interessante destacar que os homossexuais são mostrados na televisão como caricaturas e quando se objetiva passar uma imagem positiva deles a mídia sofre censura interna e externa. No caso da imprensa, o fato de existir um Código de Ética de jornalistas, que proíbe desde 1985 a discriminação contra os homossexuais, não tem inibido as agressões homofóbicas. Muitos jornalistas deixam de fazer matérias quando o assunto envolve homossexuais.

Outro fator também fruto da “ideologia anti-homossexual”, é a criação de clínicas - fomentadas pela intolerância de muitas religiões protestantes - que objetivam a recuperação de gays e lésbicas, como se estes necessitassem de tratamento para voltar ao estado dito “normal”, ou seja, para poderem ser socialmente aceitos⁴. Entretanto, a intolerância não é só religiosa, pois muitos médicos ainda consideram a homossexualidade como doença, mesmo após o Conselho Federal de Medicina, desde 1985, deixar de considerá-la como “desvio e transtorno sexual”, ou seja, uma patologia. Tal resolução também foi adotada pela Organização Mundial de Saúde em 1993.

Mott revela que na contemporaneidade os homossexuais ainda são tidos como criminosos, sofrem constante discriminação que

4 A resolução do CFP – Conselho Federal de Psicologia, nº 01/99, proíbe psicólogas/os de exercerem qualquer atividade que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas e adotarem ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.



perpassa por diversas instituições sociais, como a família, escola, instituições governamentais, trabalho, etc. A repressão ainda existe no âmbito familiar e em muitos casos ainda permanece muito violenta, física e psicologicamente, onde, na maioria das vezes, os próprios pais são os agressores. Esta perseguição pode levá-los a fugir de casa, ou até mesmo a cometer suicídios. “Entretanto, ainda hoje, as famílias estão mais propensas a “tolerar” os homossexuais, isto é, a mantê-los em uma posição de menor valor do que aprender com eles e se inspirar em seu conhecimento”. (SCHULMAN, 2010, p. 69)

Na escola as discriminações também estão presentes, partindo dos estudantes, professores ou até da própria instituição. São diversas as gradações da perseguição homofóbica nos espaços educacionais, mas via de regra os sinais de uma possível orientação sexual homossexual, mesmo quando muito jovem, ativam quase que de imediato, práticas de bullying que geram evasão, quando não decorrências mais graves.

A exposição dos homossexuais à violência física cria um estado de terror constante, gerando nestes uma negação de seus próprios direitos, a medida em que atuam na sociedade a partir de uma interface entre o desejo homossexual e as representações de normalidade do comportamento em público. A efeminização do comportamento, buscada por parte destes, cria meios de transito no interior deste conflito, contando, neste caso, com a relativa receptividade das pessoas a este tipo humano. Mas cabe ressaltar que nestas interações sociais, a que se submete o homossexual, está sempre presente limites territoriais do corpo, do olhar, submetidos às representações negativas que a cultura ocidental construiu em sua trajetória.

O Poder Público e as Políticas de Promoção da Diversidade Sexual

Em um cenário recente, de ampla defesa dos direitos humanos, não é difícil encontrar aqueles que “aderem à cultura dos direitos”, entretanto, mostram se pouco dispostos a aprofundarem o diálogo que favoreça o avanço do direito a livre orientação sexual. Junqueira (2009) analisa as estratégias discursivas de agentes públicos, frente às propostas que pretendem promover o reconhecimento da diversidade sexual nas escolas, quase sempre marcada por sinais de desconforto ou mesmo repulsa diante do tema. Nos últimos três anos - com a incidência da



perseguição conservadora as iniciativas do MEC em orientar as discussões de gênero nos Planos Municipais de Educação - esta recusa tem ganhado justificações legais, e gerando temor naqueles educadores que acreditam ser importante estas discussões.

Segundo Junqueira essa indisposição expressa não só uma indiferença, uma resistência ou uma simples recusa, mas uma negação da diversidade sexual corroborando para a preservação de um quadro opressor que enaltece a heteronormatividade. Muitas pessoas, ainda que defensoras dos direitos humanos, não se posicionam claramente frente a debates que promovam a igualdade. “Algumas dessas pessoas se sentem confortáveis ao manter suas posições em nome dos ‘valores tradicionais’ ou dos “princípios defendidos pela maioria” (JUNQUEIRA, 2009, p. 174).

O Brasil é o país com o maior índice de morte de homossexuais. As políticas públicas são poucas, e muitas vezes se coloca em dúvida se os crimes ocorridos tiveram de fato causa homofóbica. O que está por trás disso é uma tentativa do Estado e seus agentes de não se expor diante deste polêmico assunto. Se não fosse assim como explicar os defensores dos direitos humanos que resistem em discutir sobre o tema? É nesse sentido que o autor observa como são utilizados os recursos retóricos, por parte dos agentes públicos, em sua tentativa de se esquivar do assunto. Ao analisar as formas discursivas o autor as classifica como “negação”, “hierarquização”, “diversionismo”, “apelo ao senso de oportunidade” e “antecipação fatalista”.

A “negação” se apresenta sob três formas: a literal, a implícita e a interpretativa, ainda que todas, de uma maneira específica, evitem o diálogo direto sobre a diversidade sexual. “Na negação literal, nega-se de forma direta e categórica algo que seria irrefutável.” (Junqueira, 2009, p. 177). Quando a negação literal aparece em falas como “a homofobia não é um problema ou enfrentar a homofobia não é assunto para políticas públicas”. Deste modo o agente acaba banalizando as consequências que isso pode causar, refutando o problema e ignorando um possível aumento no preconceito por meio da não orientação.

Na negação implícita o interlocutor também banaliza (de uma maneira mais sutil e através de afirmações que podem até parecer justificáveis) as consequências que isso pode vir a causar, no entanto, seu objetivo principal é provocar uma mudança de assunto. Comentários como: Por que eu deveria me arriscar? ou em outros países é pior do que



aqui, demonstram uma condenação moral por parte desses agentes ao assunto.

A negação interpretativa está ligada não só a negação das consequências, mas a ação de refutar diretamente o fenômeno. Exemplo: Será que é assim mesmo? Afinal, faltam dados, indicadores que comprovem que essa violência seja fruto da homofobia. Segundo o autor, ainda que esses dados apareçam a negação poderá continuar existindo, pois a discussão acerca da diversidade vem acompanhada de relativizações por parte destes agentes públicos, que tentam direcionar a discussão como uma questão de foro íntimo. Resta-se saber o que eles estão classificando como uma questão de foro íntimo: a homossexualidade ou a homofobia? Independente do tipo de negação é notório a tentativa de se evitar o assunto.

A “hierarquização” estabelece níveis de prioridades de temas e fenômenos sociais, o que sempre adia o enfrentamento dos debates sobre a diversidade sexual. Afirmarções como: Devemos primeiro enfrentar a falta de escolas / o analfabetismo / a pobreza / a evasão escolar / a distorção idade-série / o racismo... Afirmarções como estas estabelecem uma relação de desdém do agente público em relação ao assunto, colaborando para que a discussão seja colocada sempre em último plano, como se o combate a homofobia tivesse que lutar para ser reconhecida como um problema social, e sempre perdesse mediante assuntos mais “importantes” a serem tratados. O problema disso é que se tivéssemos que eliminar as formas de preconceito para depois lidarmos com a homofobia adiaríamos ad infinitum a resolução de uma questão objetiva e urgente como a violência homofóbica.

Quanto ao “diversionismo” o autor afirma:

Este caso aproxima-se da negação interpretativa, mas dela se distingue porque aqui o interlocutor, ao admitir a homofobia, exibe maior preocupação em introduzir novos problemas, apresentar argumentos fantasiosos e discutir aspectos nitidamente escapistas ou pouco relevantes, procurando dar novo rumo à discussão: A escola não está preparada, isso é coisa para o pessoal da saúde. Os PCNs já dão conta. (JUNQUEIRA, 2009, p. 181)

Ou seja, o diversionismo é explicado pela negação interpretativa cujo indivíduo admite a homofobia, mas tenta negá-la por meio de argumentos que pretendem mudar o rumo da discussão alegando que o



assunto é muito complexo, sempre tentando atribuir a responsabilidade ou a discussão do problema a terceiros.

O “apelo ao senso de oportunidade” é a tentativa de sempre adiar a discussão do assunto alegando-se que é muito cedo para se falar sobre a diversidade sexual, colocando o tema como um assunto extemporâneo, deixando a responsabilidade às gerações futuras ou a cabo do tempo para que as coisas se encaixem e se resolvam.

A “antecipação fatalista” baseia-se no apelo de que não vai adiantar falar sobre o assunto, ou que mesmo que ele fosse discutido não adiantaria muita coisa, porque o mundo sempre foi e sempre será assim. Pensar dessa maneira significa assumir uma posição negativa em relação ao reconhecimento da diversidade sexual e, por consequência disto, dar força para que a homofobia cresça, além disso, assume-se uma postura conformista de que a homofobia é algo natural, que nasce com o indivíduo.

A homofobia (assim como o sexismo e o racismo) seria subproduto de uma predisposição inata e inarredável, inscrita nos neurônios, no patrimônio genético ou decorrente de uma necessidade natural, imanente e incontornável que as relações sociais fatalmente produziriam (JUNQUEIRA, 2009, p. 184).

Ocorre que todas essas estratégias discursivas utilizadas por agentes públicos demonstram algo em comum: um sentimento de base homofóbica por trás da resistência em discutir amplamente o assunto, se fechando para possibilidades que reconheçam a diversidade sexual, principalmente nos espaços em que o Estado tem a obrigação de atuar como um agente que garanta a igualdade entre todos. Entretanto, as pessoas que tem o poder de abrir essas discussões se negam a aceitá-la como uma discussão importante, e em muitos os casos, defendem a heteronormatividade com o sentimento de estarem tomando a melhor decisão, o que acaba por contribuir para que o preconceito aumente, pois não há discussões aprofundadas sobre o assunto. É importante ressaltar que nem todas as falas analisadas pelo autor podem ser consideradas como advindas de pessoas homofóbicas, entretanto, ao declararem tais discursos assumem uma imagem que demonstra resistência sobre o assunto e, como consequência, influenciam (ainda que não seja de forma consciente) para que nada seja feito na mudança desse quadro. Esta ausência discursiva do Estado promove a secundarização da luta contra a Homofobia, o que torna as propostas apresentadas pelos seus defensores ideias perigosas para a manutenção de um suposto equilíbrio político,



especialmente com os seguimentos representantes de correntes religiosas. Esta postura por parte dos agentes públicos também é sustentada numa crença, em minha opinião equivocada, de que a população LGBT não constitui um grupo de pressão organizada, com poder de barganha no legislativo já que não promovem um “voto gay”.

Os espaços educacionais e o Bullying homofóbico

O cotidiano das instituições de ensino e seu tratamento da diversidade sexual tem sido alvo de diversos estudos recentes, embora ainda seja necessária uma reflexão mais aprofundada sobre a homossexualidade e sua visibilidade na cultura escolar. No que se refere às identidades sexuais, cabe à escola discutir os diversos tabus e preconceitos existentes na sociedade.

As relações existentes entre homossexualidade e o contexto escolar ganha importância na atualidade quando gays e lésbicas ampliam seus espaços de direitos, especialmente após a maior visibilidade dos debates sobre diversidade sexual ocorridos no sec. XXI, fomentando a desconstrução da visão da homossexualidade como patologia social.

O espaço escolar é identificado como um ambiente de socialização e como tal tem o dever de incitar discussões sobre orientação sexual, dando ênfase nas informações sobre homossexualidade e a relevância do respeito à produção das subjetividades juvenis. Cabe ressaltar que a cultura escolar tanto influencia como é influenciada por atores sociais no que tange as construções de crenças e valores que determinam a heteronormatização das relações afetivas. Assim sendo, a escola tanto pode como deve fomentar discussões acerca da sexualidade, visando desconstruir esta visão binária (macho/fêmea) normatizada pela sociedade. Nessa perspectiva a escola é identificada como um ambiente de socialização e deve destacar o direito a uma interação respeitosa e saudável.

É óbvio que o tratamento dessas questões nos espaços escolares exige um cuidado e profundo acompanhamento, para que possa contribuir para mudanças reais nas representações sobre sexualidade produzidas pelos jovens. Mas destacamos que, assim como o espaço das escolas de ensino fundamental são locus privilegiados deste trabalho, o ambiente universitário também deve ser observado pelos estudos



acadêmicos como um espaço onde estes conflitos ainda estão latentes, contrariando a ideia simplista que os dramas das identidades sexuais e de gênero são resolvidos quando o jovem vivencia a trajetória universitária.

A Homossexual Feminina, a sociabilidade universitária e o cotidiano

De acordo com Almeida (2008) entre a década de 1980 e 1990 as lésbicas construíram diversas estratégias de afirmação identitária dentro do movimento homossexual brasileiro, assim como no movimento feminista e no movimento negro, criando organizações próprias com pautas mais definidas, mas sem abandonar bandeiras em comum com estes movimentos.

A identidade lésbica (politicamente reconstruída) seria, assim, uma identidade “guarda-chuva”. Por ser polifacetada, seria incluída das demandas subdimensionadas e silenciadas pelos movimentos raciais, feministas e também pelo movimento gay. (ALMEIDA, 2008, p. 235)

O fortalecimento destas organizações tem colaborado na construção de uma identidade lésbica, considerada em suas especificidades de trajetória e luta. Na universidade, marcada pelas influências políticas e culturais de cidades médias e pequenas do interior, esta identidade ainda encontra resistências, que consideramos serem maiores do que aqueles presentes nas trajetórias dos homossexuais masculinos.

As instituições que regulam o comportamento das mulheres são diversas. Algumas dessas instituições transpassam a dinâmica de outras. Consideramos que valores e normas instituídas para as mulheres por meio da família e da religião penetram nas universidades ainda presa as dinâmicas interioranas de modo mais intenso, produzindo distinções na expressão da identidade homossexual de homens e mulheres.

Neste sentido esta pesquisa centrou a atenção nos relatos de alunas do ICADS/UFBA que se auto reconhecem como homossexuais ou bissexuais, levando-se em consideração as intersecções entre o ambiente acadêmico e o cotidiano de vida (familiar, religioso, etc.) destas. Foram entrevistadas duas estudantes com perfis bem distintos: A primeira, mais jovem, com processos de emancipação familiar e profissional ainda em curso, e com dificuldades de assumir publicamente (exceto em



espaços próprios de sociabilidade homossexual) sua orientação sexual. A segunda informante, mais madura e emancipada, com experiências de casamento heterossexual anteriores, e com um discurso bissexual e militante em diversos espaços de sua vida, assumindo, com orgulho, publicamente sua orientação.

Informante 1:

A entrevista com a Informante nº 1 foi realizada por apenas uma das autoras deste trabalho, já que essa informante não desejava ser identificada, a não ser pela entrevistadora de quem é amiga. Para garantir esse sigilo, a análise da gravação só foi realizada após alteração do áudio original.

Abaixo transcrevemos algumas das perguntas realizadas, e suas respostas, com detalhes mais relevantes para a análise:

Pergunta: Quando você percebeu o interesse por pessoas do mesmo sexo? E como você lidou com esse sentimento?

“Quando eu era criança! Eu vomitava...”

Pergunta: ...porque você acha que acontecia isso com você?

“Porque isso minha mãe sempre explicava que a menininha tinha que namorar com o menininho, que a mamãe era do papai e o papai era da mamãe, então eu não tinha visto menina com menina, mulher com mulher, homem com homem, então eu ficava com nojo mesmo, na bíblia né, eu sempre ia à aula de catecismo e tal, e meus colegas sempre falavam, ah eu quero aquele menino é meu namorado... e eu quando sentia o interesse eu dava ânsia, vontade de vomitar, dava febre emocional.”

A informante explica que as reações biológicas geradas nela era devido à educação familiar e religiosa. Como ela tinha uma educação “heteronormatizada” tudo que fugia daquele padrão gerava repulsa ocasionando ânsia e febre emocional. Isso demonstra como a família e a religião ainda ocupa um lugar de relevância na vida do homossexual, podendo, ou não, contribuir para uma auto aceitação da sua homossexualidade.

Pergunta: Você disse que sua família não tem conhecimento da sua homossexualidade, mas desconfia. Eles fazem algum tipo de questionamento?



“Fazia antes, agora não faz mais... do tipo assim: cadê seu namorado, você não arruma namorado fica ai, o pessoal fica na rua só falando que você é isso que é aquilo...”

Pergunta: Então há uma cobrança?

“Havia, agora não há não.”

Fica claro nessa passagem que a cobrança da família por namorado colabora para que as mulheres tenham mais dificuldades para assumirem sua opção sexual, pois na sociedade que vivemos a “solteirice” é mais aceita para os homens do que para as mulheres. A pressão pelo matrimônio, sendo maior sobre elas, corrobora para que elas sublimem o desejo que sentem de maneira violenta resultando num “abandono” do desejo. Como destaca Rich (2010, p. 26) estamos diante de um amplo “feixe de forças pelo qual as mulheres têm sido convencidas de que o casamento e a orientação sexual voltada aos homens são vistos como inevitáveis componentes de suas vidas – mesmo se opressivos e não satisfatórios”.

Pergunta: Compare a sua relação familiar antes e depois deles desconfiarem de sua orientação sexual. Mudou alguma coisa?

“Não, não porque a gente vai tendo uma certa maturidade vai trabalhando vai tendo menos contato do dia a dia, mas o carinho é o mesmo.”

A tendência a autonomização facilita uma relação familiar mais leve. A maturidade adquirida ao longo do tempo faz com que - ainda que exista uma pressão sobre ela - seja melhor administrado os conflitos.

Pergunta: Como é a influência da religião na sua sexualidade?

“Bom eu sou católica, mas é... eu não penso assim se eu fosse seguir a fundo, a risca, eu sei que na palavra de Deus é proibido né, eu sei que o homem nasceu para a mulher e a mulher nasceu para o homem, só que o que Deus sempre faz até hoje é semear o amor né eu acho que se entre duas pessoas existe o amor e o respeito eu acho que Deus não estaria contra mim.”

Percebe-se com este relato que a questão da religião na vida dela não causa muito impacto, pois, para ela, a existência do amor entre duas pessoas, ainda que do mesmo sexo, é sempre aceita por Deus. O fato de ela ser católica, provavelmente não praticante, acaba por gerar nela uma relação mais fluída com os dogmas da religião. Não que o catolicismo



seja tolerante ou que permita o homossexualismo, mas por ser uma religião com laços subjetivos religiosos mais fluídos, reduz os impactos sobre os sentimentos dela.

Pergunta: Qual o principal motivo de você não se assumir na universidade?

“Porque não acho necessidade (...) porque ali dentro tem pessoas que influenciam que saem a partir dali pra vários meios de comunicação (...) dentro da universidade é uma coisa, quando sai já é outra e aí vira uma bola de neve e vai virando e eu acho perigoso.”

Estamos convencidos que a universidade não consegue “proteger” a pessoa, e nem dar a segurança que ela precisa para se assumir, por mais que seja um espaço onde a diversidade sexual, na maioria das vezes, é respeitada. A “saída do armário” dentro da universidade pode ter consequências perigosas fora dela.

Pergunta: De forma geral, como você acha que as pessoas veem os homossexuais?

“Eu acho que as pessoas têm nojo... acho que a primeira impressão que eu sinto que eles sentem de nós é nojo, vontade de agredir né (...) porque que eles existem? Eu não sei por que eles existem? porque não vão pra o mundo deles? sendo que nós somos seres humanos né...”

O relato acima indica o quanto o peso da violência homofóbica é capaz de fazer com que o homossexual seja visto (ou se veja) como uma pessoa impura. Como se os homossexuais tivessem que viver em um mundo isolado, longe dos heterossexuais. Esta “exclusão” acaba por criar espaços próprios de sociabilidade, como “guetos”, com linguagem, códigos de conduta e até uma economia própria.

Pergunta: Porque você acha que o homossexual ainda é tão discriminado na sociedade?

“Acho que é igual à questão do negro, porque que existe negro só é negro? Porque que só é branco? Infelizmente a nossa sociedade nos impõe a olhar por classe social. Acho que se você tem um certo tipo de classe você é respeitado, se você tem um certo nível de posição você é respeitado, de conhecimento você é respeitado, se você não tem pode chegar até o que agente mais teme a morte, agressão...”

Como já citado anteriormente, existem várias associações acerca do preconceito contra o homossexual e o negro dentro das especificidades culturais brasileiras. Da mesma forma como acontece no



caso do racismo, a posse de riqueza ou posição de status consegue “minimizar” os impactos visíveis do preconceito. Não que o preconceito deixe de existir nestes casos, mas ele acaba por assumir contornos mais subliminares.

Pergunta: Se você tivesse que chegar para seus pais e contar. Se eles te imprensassem na parede você se assumiria?

“Eu acho que sim... diria... porque já chegou em uma situação que... uma situação que já aconteceu na minha vida, uma situação muito ruim que chegou a ponto deles... de eu não chegar e falar, pessoas contaram, eles souberam da boca de outras pessoas, mais não chegou a perguntar, mas sabiam, contou o que aconteceu, o que ouviram, o que viu, o que sabiam e eu só confirmei (...) Mas eles... como no início você perguntou se eles sabiam, eu falo que não da minha boca mais com certeza eu acho que minha família toda sabe.”

Essa passagem demonstra, muito claramente, a dificuldade que a família tem de aceitar, pois mesmo descobrindo por outras fontes, “pela boca dos outros”, os familiares preferem acreditar que não é verdade, ou se acreditar, prefere ignorar e criar uma ideia de que assuntos como esse devem ser evitados. É importante ressaltar que a informante fez uso de longas pausas antes de responder as perguntas, o que, ao nosso entender, demonstrava insegurança quanto a questão, provando que as questões familiares, sobre aceitação ou não, quase sempre são dramáticas.

Informante 2:

A entrevista com a informante nº 2 foi realizada na casa da mesma por duas das autoras. A escolha dessa informante levou em consideração a sua clara postura em defesa dos homossexuais externalizada dentro e fora da universidade. A entrevista ocorreu num clima de descontração, e foi antecedida por uma série de informações históricas sobre a homossexualidade e sobre a “cena gay” em Barreiras.

Pergunta: Você tem parentes que são homossexuais? Como você lida com a sua homossexualidade no dia-a-dia?

“Na minha família se considera que sexualidade é uma escolha pessoal, não é um defeito. (...) Eu não me considero homossexual, se eu fosse alguma coisa eu seria bissexual, mas eu também não me considero bissexual, eu digo que eu sou SEXUAL (...). A afetividade e



a atração sexual ela pode brotar em qualquer situação, com quaisquer pessoas.”

A vantagem de estar inserida numa família “moderna” é apontado pela informante nº 2 como decisivo para a aceitação da orientação sexual dela. No nosso entender merece destaque também o fato dela ser uma pessoa independente que tem mais facilidade de impor à sociedade sua opinião. Neste trecho é interessante a forma como ela define sua orientação sexual, nota-se que para ela o que importa é a liberdade de escolha, o que parece é que a questão dela não é “ser” homossexual, e sim “estar” homossexual.

“Eu nunca tive dificuldade em assumir a homossexualidade ou as outras sexualidades porque é assim que eu penso: as outras sexualidades. Por que são várias sexualidades, não é uma só, não existe um parâmetro e uma regra para isso.”

O fato de “ser” bissexual pode caracterizar uma facilidade para esta ter assumido sua orientação sexual, pois o fato de ter (ou ter tido) relacionamentos com homens faz com que pensem que ela se relacione com mulheres apenas para diversão.

Pergunta: O que você acha que faz com que Barreiras tenha tanta resistência (preconceito)?

“Eu penso que foi nosso histórico mesmo, o fato de nossa colonização (...) eu descobri que o são franciscano, o beradeiro, é preconceituoso, quer tirar o homossexual do caminho. Eu acredito que isso tem raízes históricas.”

A informante destaca como as cidades do interior refletem maior preconceito contra os homossexuais. É comum a literatura sociológica sobre o rural, o chamado mundo do “interior”, identificar a tendência a reproduzir posturas mais tradicionais, e por tabela, um forte preconceito contra os homossexuais. O que destacamos novamente neste estudo é a dificuldade destas cidades polos regionais como Barreiras, centros que concentram instituições de ensino superior (no nosso caso duas universidades públicas e diversas privadas) desenvolverem uma cultura de tolerância mais próxima das verificadas nos centros urbanos.

Pergunta: Como é a influência da religião na sua homossexualidade?

“Na minha absolutamente nenhuma, não dou a menor bola, até porque eu não sou uma pessoa que tenha uma religião, embora eu seja uma espírita praticante, mas não tenho, não devo conexões



morais e mentais a qualquer religião ou qualquer dogma. Mas de um jeito ou de outro a religião é sempre prejudicial para a questão homossexual.”

A opção pelo afastamento de uma religião tradicional possibilita a informante nº 2 um distanciamento confortável para assumir sua orientação sexual e criticar a postura das religiões tradicionais frente à homossexualidade.

Pergunta: Você já sofreu algum preconceito na escola ou na universidade?

“Na UFBA, na primeira semana de aula teve um coleguinha que fez um comentário anti-gay, (...) é uma ação minha quando eu percebo o preconceito atuando na minha frente no meu convívio, eu imediatamente ajo, eu brigo naquele momento de maneira muito veemente para que a pessoa se toque e vá rever seus conceitos.”

Segundo a informante, durante sua trajetória escolar nunca sofreu nenhum preconceito de natureza homofóbica, no entanto, foi na universidade onde ela teve que lidar com tal situação, justamente num ambiente que as pessoas “deveriam” ser abertas e esclarecidas.

Pergunta: Como você vê a universidade federal (UFBA-Barreiras) em relação à sociedade “careta”. Qual é o papel da universidade para com a sociedade?

“A UFBA é o retrato da nossa sociedade, a nossa sociedade barreirense regional são franciscana ela está dentro da universidade representada, então todos os nossos preconceitos estão lá.”

Esse relato da informante desnuda amplamente o mito da universidade como “território blindado” em relação aos preconceitos da sociedade em geral. Nossa observação permite identificar gradações desta “autonomização” cultural da universidade em relação à sociedade do entorno. Universidades públicas, localizadas nos centros urbanos metropolitanos, com idade avançada de fundação, tendem a constituir um espaço de liberdade sexual maior, que permite expressões identitárias e corporais mais ousadas sem um revés mais duro (ou evidente). Na outra ponta, verificamos novas unidades universitárias (frutos da recente expansão do ensino superior), na sua maioria construídas em cidades médias do interior, que foram instaladas após longa intervenção de grupos políticos e oligarquias locais, fazendo com que a sociedade civil destas cidades acompanhasse todo este processo e



acabasse por se “apropriar” simbolicamente destas novas unidades universitárias como uma conquista e patrimônio pessoal. Assim, todos os preconceitos e valores tradicionais destes grupos acabaram por se instalar neste espaço com força tamanha, que nem a presença de professores vindos de universidades com outras tradições culturais consegue produzir um espaço que chamaríamos “universitário”.

Pergunta: De forma geral, como você acha que as pessoas vêm os homossexuais?

“Eu acho que a nossa sociedade ainda não tirou a venda dos olhos, essa é uma grande verdade, (...) eu sempre falo em minhas palestras que é preciso ser muito mulher para assumir a sua homossexualidade feminina, porque a sociedade é muito cruel com a gente, ela é muito preconceituosa ainda, ela é muito cristã, ela quer botar na fogueira.”

A violência homofóbica carrega uma crueldade enorme, objetiva e subjetiva. Ela impede o direito individual à felicidade, com o seu corpo e o seu sentimento. Mutila as pessoas impedindo que elas amem quem desejam amar. Além disso, ela culpabiliza o homossexual, fazendo com quem este se considere um monstro, um doente. Para a mulher isso consegue ainda ser mais cruel. As cobranças da sociedade para o casamento e a maternidade compulsória das mulheres impõe uma sublimação do desejo, uma mutilação do sentimento. A luta pela liberdade sexual vem caminhando a passos animadores (apesar dos fluxos e contra fluxos da política) no nosso país. Muitos na história deram a sua contribuição para este avanço, encarnando com sua coragem, o sonho de liberdade de milhares, senão milhões de brasileiros. Mas quantos desses são mulheres? Quantas das campanhas contra a homofobia são direcionadas às mulheres?

É preciso ampliar este debate, fazer ecoar o direito a livre orientação sexual nos espaços educacionais, das fases iniciais de formação ao mundo acadêmico. Transformar a universidade numa trincheira de luta pela liberdade.

Conclusão

A comparação destes dois depoimentos nos permite identificar algumas das especificidades da produção de uma identidade lésbica - positiva ainda que não política no sentido corrente da palavra - no âmbito das novas universidades criadas em regiões do interior brasileiro,



que destarte sinais de modernidade, reproduzem opressões de gênero e sexualidade de modo mais incisivo do que em grandes metrópoles, penetrando inclusive no âmbito acadêmico, normalmente considerado em sua relativa autonomia política e intelectual frente as sociedades de entorno.

A posição militante da informante 2 é uma exceção a regra, e resulta de um conjunto de condições favoráveis ao assumimento desta posição. A idade, a condição socioeconômica e a trajetória marcada pelo contato com organizações políticas e acadêmicas favorece o fortalecimento de uma identidade lésbica na universidade, assim como na sociedade interiorana, o que obviamente não exclui as expressões de LGBTfobia.

Ao contrário, a juventude e a emancipação socioeconômica precária da informante 1 colabora de modo decisivo para a menor disposição em enfrentar o preconceito e a discriminação, mesmo num ambiente com um pouco mais de liberdade e autonomia frente a imperativos religiosos e familiares como é a universidade.

O debate sobre as questões de gênero e sexualidade na educação - não somente a de nível fundamental, mas também na educação superior - demanda uma melhor compreensão das interfaces entre as normatizações produzidas pela religião, família e sociabilidade interiorana com as vivências nos espaços educacionais. Necessário também o entendimento das variações da expressão da homossexualidade masculina e feminina, considerando nesta última o peso de outras opressões de caráter interseccional. Esperamos com este estudo ter colaborado na ampliação do debate sobre gênero e sexualidade na educação, sobretudo, no ensino superior.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Glaucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. *Revista Gênero*. v. 9, n. 1, 2. sem. Niterói: UFF, 2008. p. 225-249.

ÁVILA, Simone. - A emergência de transhomens brasileiros no movimento LGBT no Brasil. In: _____. *Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais*. Capítulo 5. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014. P. 175-207.



BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. Trad. Mariateresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, edições Graal, 1988.

FRY, Peter e MACRAE, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo, Abril Cultural/Editora Brasiliense, 1985.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Aqui não temos gays nem lésbicas: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. Revista Bagoas, Jan/jun 2009, n. 4 vol. 3, p. 171-190.

MOTT, Luiz. Homofobia: A Violação dos Direitos Humanos dos Homossexuais No Brasil. 1. ed. SAN FRANCISCO, USA: INTERNATIONAL COMMISSION OF GL HUMAN RIGHTS, 1997. 135p

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008. (coleção Preconceitos; v.5)

RICH, Adrienne. Heterossexualidade Compulsória e a existência lésbica. Revista BAGOAS, V.4, Nº 5. jan./jun. Natal: CCHLA/UFRN, 2010. P. 17-44

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. Tradução: Felipe Bruno Martins Fernandes. Revista BAGOAS, V.4, Nº 5. jan./jun. Natal: CCHLA/UFRN, 2010, p. 67-78.



Sandro Augusto Silva FERREIRA

Possui doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela UFBA. Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia, campus Jorge Amado.

Andrea Luci ALCIDES

Possui Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela UFBA. Graduanda em História pela UFOB.

Francisca Helena Batista RIBEIRO

Possui Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela UFBA. Graduanda em Biologia pela UFOB.

Katiuscia Souza REGO

Possui Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela UFBA. Graduanda em História pela UFOB.

Laurentina Souza Alves FERREIRA

Possui Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela UFBA. Graduanda em Direito pela UESC.

Naiala Amorim de OLIVEIRA

Possui Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela UFBA. Licencianda em Sociologia e Bolsista PIBID pela UESC.

Recebido em: 21/04/2017

Aprovado em: 25/07/2017